

# *Subvenção para crédito rural terminará em 85*

**Da sucursal de  
BRASÍLIA**

Em sua reunião de hoje o Conselho Monetário Nacional deverá apreciar um voto do Banco Central, propondo novas taxas de juros para o crédito agrícola, que são as seguintes: para 1983 70% do INPC mais 3% de juros, para os produtores rurais do Norte-Nordeste e 85% do INPC mais 5% de juros para os do Centro-Sul. Essas taxas, em 1984, passariam para 80% do INPC mais 3% de juros para o Norte-Nordeste e 95% do INPC mais 5% para o Centro-Sul e em 1985, para 90% do INPC mais 3% de juros no Norte-Nordeste e 100% do INPC mais 5% de juros para os do Centro-Sul, quando, então, estaria inteiramente eliminado o subsídio ao crédito rural na parte mais desenvolvida do País.

Essa alternativa significa que o governo decidiu adotar a linha do gradualismo, propondo a eliminação dos subsídios à agricultura em três anos, justamente os de vigência do acordo ampliado com o Fundo Monetário Internacional — FMI. Também serão reajustadas, nas mesmas proporções, as taxas de juros dos programas especiais do governo, abastecidos com recursos do Banco Central, como o Polonordeste, Polo-

noroeste, Polamazônia, Provárzeas, etc.

## **EXPORTAÇÃO E PME**

Os juros para exportação também serão elevados, prevendo-se a retirada total dos subsídios também no período de três anos. Até a noite de ontem, ainda não havia sido incluído na pauta da reunião de hoje do Conselho Monetário o voto sobre a retirada gradual dos subsídios creditícios concedidos à pequena e média empresa, embora seja essa a determinação da equipe econômica, a despeito da prioridade conferida pelo governo a essas unidades empresariais.

## **OUTROS SUBSÍDIOS**

Ontem, o secretário da Seap, Milton Dallari, informou ao **Estado** que já foram concluídos e estão em poder do ministro do Planejamento, Delfim Netto, os estudos relativos à retirada dos subsídios dos derivados do petróleo, por meio de um aumento de preços. Segundo Dallari, foi oferecido ao ministro um leque de alternativas em torno do reajuste dos preços da gasolina, óleo diesel e outros derivados, cabendo agora a decisão ao presidente da República, para quem Delfim levará o estudo. Tecnicamente, o reajuste poderá ser dado a qualquer momento. (já foi aprovado).